



**TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

## **Relatório de Atividades**

**2º trimestre de 2021**



## SUMÁRIO

Introdução	3
Governança do TCEES	4
Visão Geral Organizacional	4
Planejamento Estratégico	5
Monitoramento dos Projetos Prioritários	5
Unidades de Apoio à Governança do TCEES	7
Corregedoria	7
Controle Interno	8
Informações para a Sociedade	10
Transparência	10
Ouvidoria	10
Comunicação	11
Montante de Multas e Ressarcimentos Recolhidos	14
Conformidade e Eficiência da Gestão	16
Gestão de Pessoas	16
Gestão Educacional	16
Gestão Orçamentária e Financeira	19
Gestão Documental	20
Gestão da Tecnologia	21
Ações de Controle Externo	24
Saúde	24
Educação	26
Finanças Públicas	27
Previdência	28
Meio Ambiente e Saneamento	28
Obras Públicas	28
Contrato de Concessão	29
Transparência	29
Atos do Plenário e das Câmaras	31
Considerações Finais	33
Anexo Único - Organograma Institucional	35





# Introdução

No 2º trimestre de 2021, em atendimento a sua função fiscalizadora e orientadora, o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES) continuou atuando tempestivamente nas fiscalizações sobre as ações de prevenção à Covid-19, além de ter executado outras importantes iniciativas, alcançando resultados positivos ao longo do período observado, tanto na área do controle da gestão pública quanto na área administrativa.

Em cumprimento ao disposto nos artigos 2º, IX e 169, §§ 1º e 2º da Resolução TC Nº 261, de 4 de junho de 2013 – Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (RITCEES) e no art. 71, § 4º da Constituição Estadual, esta Corte de Contas elabora, trimestralmente e anualmente, o documento denominado Relatório de Atividades, que é encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo.

O RITCEES, em seu artigo 169, §2º, traz que os relatórios de atividades conterão, além de outros elementos, as atividades específicas no tocante ao julgamento e apreciação contas e de processos de fiscalização a cargo do Tribunal.

Conforme o artigo 48, IV, K do RITCEES, compete à Assessoria de Governança (Asgov), unidade de assessoramento da Presidência, a elaboração do relatório que contempla informações de destaque que foram prestadas por diversas unidades do TCEES.





# Governança do TCEES

## Visão Geral Organizacional

O TCEES foi criado por meio da Lei nº 1.287, de 24 de setembro de 1957, e tem como missão gerar benefícios para a sociedade por meio do controle externo e do aperfeiçoamento da gestão dos recursos públicos.

Ao Tribunal compete atuar na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, municípios e das entidades da administração direta e indireta, quanto aos aspectos da legalidade, legitimidade e economicidade.

É seu dever auxiliar a Assembleia Legislativa e Câmaras Municipais nos procedimentos de controle externo da gestão pública, sem que haja qualquer subordinação ou poder hierárquico entre os órgãos. Suas atribuições estão fixadas no artigo 71 da Constituição Estadual de 1989 e na Lei Complementar 621, de 8 de março de 2012. Qualquer pessoa, física ou jurídica, e qualquer entidade que utilize, arrecade, guarde, gere ou administre bens e valores públicos, relativos a recursos públicos estaduais e municipais, estão obrigadas a lhe prestar contas.

A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), traz as competências do Tribunal em fiscalizar o atendimento às normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com ênfase no que se refere ao cumprimento, pelo Estado e municípios, dos limites das despesas com pessoal, dos limites e condições para realização de operações de crédito, inscrição em restos a pagar e a destinação de recursos obtidos com alienação de ativos e outros.

Com sede em Vitória e jurisdição em todo o território do Estado do Espírito Santo, atualmente, o TCEES compõe-se de sete conselheiros, três conselheiros substitutos, três procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e quadro próprio de servidores para cumprir finalidades de apoio técnico e administrativo. O organograma institucional é apresentado no Anexo Único, a fim de promover uma melhor ilustração da sua estrutura organizacional.





## Planejamento Estratégico

O planejamento estratégico é uma moderna técnica gerencial que contribui para o alcance dos resultados almejados, mediante orientações concisas, evidentes, coerentes e harmoniosas que contempla os objetivos a serem perseguidos por toda a organização.

Devido às circunstâncias provocadas pela pandemia (COVID-19), o atual Plano Estratégico do Tribunal de Contas do Estado do Espírito, que estabelece a estratégia e direciona o comportamento e o desempenho institucional, é uma readequação e extensão do Plano Estratégico 2016-2020 para o ano de 2021. Assim, com as prioridades para o ano de 2021 definidas, há necessidade de realizar o monitoramento periódico das ações realizadas, no intuito de verificar o alinhamento e o avanço das atividades em relação ao alcance dos objetivos estratégicos estabelecidos.

Na readequação e extensão do Plano Estratégico 2016-2020 para o ano de 2021 foram previstos 13 indicadores e metas relacionados a 8 objetivos estratégicos. Após a realização do monitoramento das ações propostas para 2021, observa-se que as iniciativas para 10 indicadores serão realizadas neste ano. Neste sentido, as iniciativas relacionadas aos 10 indicadores continuarão sendo acompanhadas periodicamente pelas unidades responsáveis, tendo os relatórios de monitoramento acerca do desempenho da estratégia elaborados pela Asgov.

## Monitoramento dos Projetos Prioritários

Projeto é um conjunto de atividades temporárias, realizadas em grupo, destinadas a produzir um produto, serviço ou resultado. Ele facilita o atendimento a demandas específicas que comportem grande esforço de planejamento e coordenação, e que devem gerar resultados dentro de um prazo estabelecido.

A instituição da metodologia de gestão de projetos no âmbito do TCEES encontra-se regulamentada pela Resolução TC nº 351/2021, que estabelece os critérios para constituição e gestão de projetos prioritários. Em conformidade com esta Resolução, os projetos prioritários devem apresentar vínculo com um ou mais objetivos estratégicos previstos no Plano Estratégico do TCEES.





Assim, os projetos prioritários de 2021 guardam vínculo com o Plano Estratégico, e foram concebidos, dentre outros motivos, visando o desenvolvimento de soluções que possam resultar na melhoria de gestão no âmbito interno do Tribunal, na melhoria de resultados e na prevenção de danos à gestão de recursos e de patrimônio públicos.

A Assessoria de Governança (Asgov) é a unidade responsável pela coordenação do processo de formulação do planejamento estratégico e também pelo monitoramento das etapas e das entregas dos produtos pactuados, visando ao desenvolvimento das ações internas da Corte, e especialmente, das ações voltadas para o aprimoramento do controle externo.

Dos 19 projetos estratégicos aprovados para o ano de 2021, 16 estão em fase de execução, com exceção dos projetos “Parecer Prévio Reconhecido e Transparente” e “Qualidade da Informação Contábil (Quali.Contas)”, que estão previstos para iniciarem no 3º trimestre, e do projeto Plano Estratégico do TCEES, que tem previsão de início para o 4º trimestre.

Neste trimestre, aconteceu a primeira “Ciranda” – debates virtuais sobre problemas atuais relacionados à educação pública - do projeto prioritário “Semear Cidadania”. O evento teve como tema “Os impactos e desafios da pandemia na educação” e foi transmitido online via plataforma Youtube.

O projeto Painel de Controle recebeu uma nova atualização que permite aos cidadãos consultar novos indicadores municipais consolidados sobre os alertas da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), e também novos painéis detalhando a gestão orçamentária dos municípios.

O Painel de Controle, disponível no endereço eletrônico <https://paineldecontrole.tcees.tc.br/>, é uma ferramenta de acompanhamento das finanças do Estado do Espírito Santo, compreendendo o Poder Executivo, os demais poderes e entes autônomos, e os municípios. Ele se propõe a consolidar e publicar tempestivamente informações sobre as contas públicas, permitindo o acompanhamento da realidade fiscal, econômica e financeira do Estado, além de contribuir para a disponibilização de informação ao cidadão, incentivando o controle social.





## Unidades de Apoio à Governança do TCEES

### Corregedoria

A Corregedoria do TCEES foi criada por meio da Lei Complementar nº 549, de 16 de abril de 2010, e tem como Corregedor, no biênio 2020-2021, o Conselheiro Rodrigo Coelho do Carmo. A unidade tem por competência aperfeiçoar as ações de controle externo e desenvolver atividades disciplinares, visando a melhoria do desempenho do órgão e a prevenção e apuração de condutas de membros e servidores.

Dentre as diversas reuniões realizadas pela Corregedoria no segundo trimestre, destacam-se as reuniões com a área de Tecnologia da Informação, que visaram o desenvolvimento de novas funcionalidades do Observatório de Desempenho Institucional, e a primeira reunião da comissão instituída para a Correição deste exercício.

Conforme o Planejamento Anual de Correição (Portaria do Corregedor 10/2021-8, de 30/04/2021), explorando o Observatório de Desempenho Institucional, a Correição objetivará identificar os tipos de processos que apresentam pontos de controle, possibilitando a melhoria da eficiência na instrução e julgamento dos processos de controle externo apontados na Correição, possibilitando, ao fim, incrementar a pontuação desta Corte no indicador QATC-5, do Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC), em atendimento ao objetivo 2 do Plano Estratégico 2021 deste Tribunal.

Além das atividades técnicas realizadas pela Corregedoria como: elaboração de Relatórios Bimestrais do Observatório de Desempenho Institucional, instrução de processos disciplinares, instrução de denúncias e investigações disciplinares, entre outras, foi criado, em parceria com a Assessoria de Comunicação (ASCOM), o hot site <https://www.tcees.tc.br/etica/> para a campanha do Dia Nacional da Ética (02 de maio) que tem como objetivo divulgar, através de um guia básico, o comportamento ético no ambiente profissional deste Tribunal de Contas.

No mês de junho, a Corregedoria passou a integrar o Comitê de Gestão de Pessoas do TCEES. O Comitê foi criado com a finalidade de propor e assegurar a implantação do programa de Gestão de Pessoas no âmbito do Tribunal, atuando com a finalidade





consultiva e de apoio na consecução das estratégias da Política de Gestão de Pessoas (Resolução nº 343/2020 alterada pela Resolução nº 354/2021).

## **Controle Interno**

O Núcleo de Controle Interno (NCI) compõe a estrutura organizacional do TCEES, nos termos do artigo 45, inciso III, alínea “a”, do RITCEES. Integra o Sistema de Controle Interno do Tribunal, sendo responsável pela supervisão das normas de controle relativas ao referido sistema, conforme dispõe o artigo 4º da Resolução TC nº 223, de 16 de dezembro de 2010, combinado com o quadro de unidades responsáveis disposto no Anexo I da Portaria Normativa nº 103, de 24 de setembro de 2020.

Destaca-se no 2º trimestre, dentre as atividades técnicas realizadas, a auditoria de gestão, com vistas a atuar tempestivamente sobre os atos de gestão praticados pela Administração do TCEES, através do acompanhamento do cumprimento da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) e dos Relatórios de Gestão Fiscal do TCEES, referentes ao 3º quadrimestre de 2020 e ao 1º quadrimestre de 2021, conforme consta no Processo TC nº 00356/2021-3 e no Processo TC nº 02060/2021-5, respectivamente. Dentre os pontos de análise verificados, cita-se o Demonstrativo de Despesas com Pessoal (artigo 55, inciso I, alínea “a”, da LRF), o Demonstrativo de Disponibilidade de Caixa em 31 de dezembro (artigo 55, inciso III, alínea “a”, da LRF), o Demonstrativo da Inscrição em Restos a Pagar das despesas (artigo 55, inciso III, alínea “b”, da LRF) e o Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal (artigo 48 da LRF), conforme registrado na Peça Complementar 21059/2021-7 (doc. 19 do Processo TC nº 00356/2021-3) e na Peça Complementar 24112/2021-9 (doc. 16 do Processo TC nº 02060/2021-5).

Foi realizada a análise e apoio técnico quanto à proposta de alteração da Portaria Normativa TC nº 89/2020, que regulamenta os procedimentos de consignação em folha de pagamento no âmbito do TCEES. Tal apoio foi prestado no bojo do Protocolo TC nº 10898/2021-6, no dia 18 de maio de 2021, que culminou na Portaria Normativa nº 48/2021.







Foi realizada, a partir das publicações de concessões de vantagens pessoais a servidores do TCEES (adicional de tempo de serviço e adicional de assiduidade), análise de conformidade quanto aos requisitos legais, objetivando o controle interno (Protocolo TC nº 04971/2021-6).

Por fim, destaca-se a realização de análise e apoio técnico quanto à proposta de resolução que dispõe sobre a constituição e gestão de projetos no TCEES, a partir do encaminhamento da proposta pela Assessoria de Governança (Asgov) ao NCI. O documento teve por objetivo revogar a então resolução que versava sobre o tema (Resolução TC nº 235/2012) e trazer nova disciplina a respeito da criação e gestão de projetos no âmbito do TCEES. Tal apoio foi prestado via e-mail no dia 20 de abril e, após a autuação e trâmite do Processo TC nº 02066/2021-2, foi publicada a Resolução TC nº 351, de 1º de julho de 2021.





# Informações para a Sociedade

## Transparência

A fim de apurar e analisar informações referentes às atividades dos tribunais de contas dos estados e da União, no âmbito do projeto Observa TC, que tem como parceiros os Observatórios Sociais do Brasil – de Brasília, de São Paulo e do Rio de Janeiro, foram coletados dados, diretamente nos sites oficiais, em páginas indicadas por meio de links ou ainda por meio de solicitações com base na Lei de Acesso à Informação.

Como resultado deste trabalho, ressalta-se que o TCEES foi considerado o melhor na categoria Transparência Ativa e Passiva de informações ao cidadão, junto com outros três, dentre os tribunais de contas dos estados e federal, em coleta realizada durante os anos de 2019 e 2020, referente a dados de 2017, em conformidade com o projeto Observa TC.

## Ouvidoria

Um canal que contribui para uma maior transparência e eficiência na Administração Pública é a Ouvidoria. Prevista no artigo 7º, da Lei Orgânica (Lei Complementar nº 621/2012) e do RITCEES, a Ouvidoria do TCEES foi criada no ano de 2013 com a importante função de promover a coparticipação dos cidadãos no exercício do controle da Administração Pública, constituindo-se como canal de comunicação entre o Tribunal de Contas e a sociedade.

Os canais de comunicação da Ouvidoria estão disponíveis a todos os cidadãos, entidades ou agentes públicos e por meio deles qualquer pessoa pode manifestar a sua opinião sobre os serviços prestados pelo TCEES, buscar informações sobre processos e documentos que tramitam na Corte, noticiar a ocorrência de irregularidades no âmbito da administração pública estadual e municipal, bem como registrar sugestões, elogios ou reclamações.

No 2º trimestre de 2021, a Ouvidoria do TCEES realizou o registro de 235 demandas, sendo 210 demandas típicas (solicitação, notícia de irregularidade, sugestão, reclamação e elogio) e 25 pedidos de acesso à informação.





O canal mais utilizado pela população para o envio de manifestações foi o sistema “Conta pra Gente”, com o recebimento de 183 manifestações, o que correspondeu a 78% do total de manifestações recebidas, como ilustrado no gráfico abaixo:

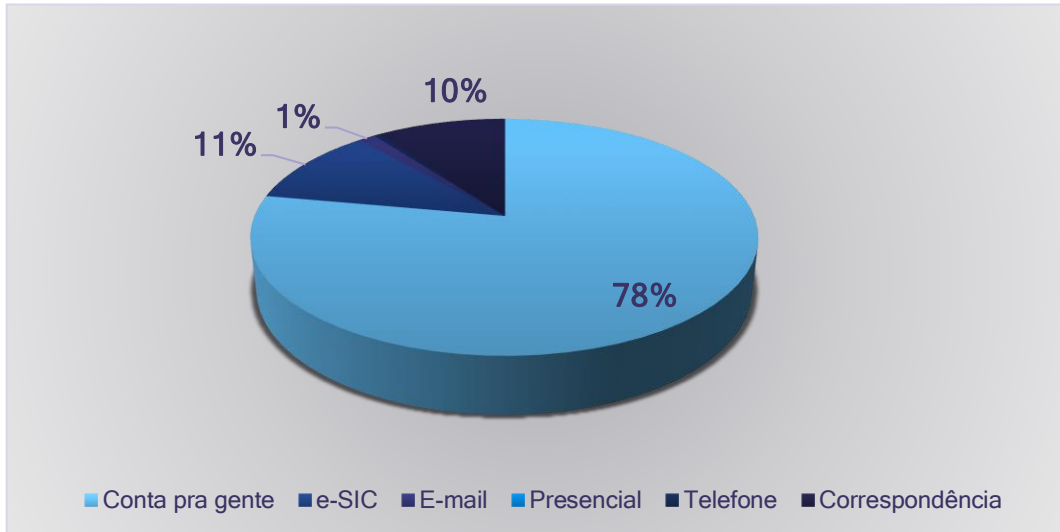


Figura 1 - Canais mais utilizados  
Fonte: Ouvidoria

No 2º trimestre de 2021, foram recebidas 47 avaliações (40 no sistema “Conta pra Gente” e 7 no sistema e-SIC) sobre o atendimento prestado pela Ouvidoria do TCEES, sendo que em 40 avaliações, o que corresponde a 85%, os usuários avaliaram o atendimento prestado pela Ouvidoria com notas 5 - Muito Satisfeito (37 avaliações) e 4 - Satisfeito (3 avaliação), superando a meta estabelecida que era de 80% dos usuários (Ouvidoria e SIC) compreendidos entre “Muito Satisfeito/Nota 5” e “Satisfeito/Nota 4”.

É de ressalva ainda que a produtividade em relação ao mesmo período anterior aumentou em 44%, pois foram atendidas 167 manifestações no 2º trimestre de 2020 e 241 manifestações no 2º trimestre de 2021.

## Comunicação

O Tribunal mantém instrumentos destinados à divulgação interna e externa das atribuições e dos resultados de suas ações, visando à transparência de sua atuação. Dispondo do uso de ferramentas, como o Portal TCEES, e redes sociais, como o Facebook, Instagram (que conta com mais de 8.000 seguidores) e Twitter, o TCEES amplia a cada ano a divulgação de informações e serviços pela internet.





No 2º trimestre, a Ascom realizou algumas campanhas com destaque para a campanha do Dia Nacional da Ética, de 2021, que foi dividida em dois focos, sendo o primeiro destinado a promover a “ética” e reunir informações para os servidores e o público externo em um único espaço, resultando assim no desenvolvimento do hotsite sobre o assunto - <https://www.tcees.tc.br/etica/> - em parceria com a Corregedoria.



Figura 2– Hotsite ética

Fonte: <https://www.tcees.tc.br/etica/>

O outro foco da campanha foi reforçar o Código de Ética dos servidores do TCEES e para isso, ao longo de uma semana, foram apresentados casos concretos correlacionando-os com capítulos do Código, a saber: princípios, valores, direitos, deveres e relação com o jurisdicionado. A ação tornou a leitura mais atrativa, auxiliando assim, na divulgação da norma.

Já para marcar o Dia das Mães, a equipe da Ascom produziu um vídeo especial, feito em homenagem a todas as mães, em especial para as que trabalham no Tribunal. A equipe foi a casa de uma servidora captar imagens da sua rotina e um depoimento sobre o tema “ser mãe”. O vídeo ressaltou as dificuldades impostas pela pandemia e a saudade dos filhos e teve como ponto alto a visita surpresa do filho da servidora – a quem ela não via há meses devido à pandemia. O vídeo postado no IGTV do Instagram alcançou mais de 1,5 mil contas e contabilizou mais de 30 comentários.





O Dia do Auditor de Controle Externo, em 27 de abril, também rendeu uma campanha que enalteceu a carreira e os seus benefícios para a sociedade. Foi pedido aos servidores do Tribunal que gravassem um vídeo falando sobre a importância da carreira e o porquê eles fazem a diferença. O trabalho gerou 10 vídeos que foram postados nos stories do Instagram e, no dia 27, um vídeo maior, que juntou todos os servidores transmitindo uma mensagem única, foi postado no IGTV.

Durante o trimestre, a equipe da Ascom também acompanhou in loco o trabalho do Tribunal em visitas técnicas de fiscalização. Os destaques foram o acompanhamento da volta às aulas, em visitas às escolas públicas capixabas; a visita ao canteiro de obra do Hospital Geral de Cariacica; e a visita às obras de uma escola em Cariacica. Durante esses trabalhos, a Ascom registrou fotos e vídeos que renderam amplo material de divulgação do serviço prestado pela Corte. Um deles foi o *reels* com imagens da visita realizada à escola de Domingos Martins postado no Instagram do Tribunal que alcançou quase 3 mil contas, teve 169 curtidas e mais de 25 compartilhamentos.

Ainda durante o trimestre foi inaugurado o quadro “Na Sessão” no Instagram. Todas às sextas-feiras são publicadas uma sequência de stories com resumos de alguns principais julgamentos. Os vídeos são gravados de maneira caseira e editados para acrescentar a identidade visual do Tribunal.

Por fim, no quadro 1 estão dispostos dados acerca da atuação da Assessoria de Comunicação (Ascom) no trimestre observado.





### Quadro 1 - Principais atividades da Ascom

Principais atividades de comunicação	2º Trimestre de 2021
<b>Jornalismo</b>	
Nº de atendimento de demandas de imprensa	31
Nº de entrevistas coletivas	0
Nº de <i>releases/notas/artigos</i> enviados à imprensa	11
Número de notícias publicadas em veículos de imprensa	456
Valoração do espaço conquistado em mídia espontânea	R\$ 1.727.137,43
Nº de notícias inseridas no Portal TCEES	164
Nº de notícias inseridas na Intranet	125
<b>Rede social - Instagram</b>	
Nº de seguidores novos	273
Nº de posts – <u>Stories</u>	449
Nº de interações - <u>Stories</u> ( <i>saídas, respostas, click link, click voltar, click avançar, votos</i> )	149.172,20
Nº de posts – <u>Feed</u>	67
Post de maior alcance – <u>Feed</u>	4.924
Nº de interações ( <i>likes, comentários, saved</i> ) – <u>Feed</u>	8.732
Nº de vídeos – IGTV	4
Nº de reels	11
<b>Audiovisual</b>	
Nº de vídeos produzidos	45
Nº de episódios de podcasts produzidos	10

Fonte: Ascom

### Montante de Multas e Ressarcimentos Recolhidos

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas (MPC) é um órgão autônomo e independente, cuja finalidade principal é a defesa da ordem jurídica no âmbito de atuação do TCEES, representando contra a ilegitimidade ou irregularidade de qualquer despesa.

Além disto, o MPC é o órgão responsável por monitorar e acompanhar as cobranças relacionadas às punições aplicadas pelo TCEES. No 2º trimestre de 2021, o MPC





emitiu 55 termos de verificação de valores pagos no exercício. Do total verificado (R\$ 247.835,91), R\$ 106.573,09 foram em multas recolhidas aos cofres estaduais, conforme determina a legislação, enquanto R\$ 141.262,82 foi devolvido aos cofres públicos em razão de uso indevido de recursos, como detalhado no quadro 2:

Quadro 2 - Montante de multas e ressarcimentos com recolhimento comprovado pelo TCEES no 2º trimestre de 2021.

Montante de multas e ressarcimentos com recolhimento comprovado pelo TCE-ES	2º trimestre de 2021
Multas com recolhimento aos cofres públicos estaduais <sup>1</sup>	R\$ 106.573,09
Ressarcimentos com recolhimento aos cofres públicos <sup>1</sup>	R\$ 141.262,82
<b>Total</b>	<b>R\$ 247.835,91</b>

Fonte: Secretaria do Ministério Público de Contas (SMPC)

Todas as cobranças estão disponíveis no site do MPC para consulta, no Sistema de Monitoramento e Acompanhamento de Cobranças. Nele, é possível conferir os valores devidos por todos os condenados pela Corte de Contas a pagar multa e a ressarcir os cofres públicos, bem como os pagamentos efetuados, se houve parcelamento do débito, se foi quitado ou pago com juros, entre outras informações.

<sup>1</sup> Informações sujeitas a atualizações, de acordo com a comprovação de pagamento encaminhada ao TCEES.





# Conformidade e Eficiência da Gestão

Neste capítulo são apresentados os resultados alcançados no 2º trimestre de 2021 de acordo com a área de gestão, em conformidade com a missão institucional e com os objetivos estratégicos.

## Gestão de Pessoas

O TCEES dispõe de uma unidade específica denominada Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) que tem por finalidade assegurar o cumprimento legal, a equidade e zelar pelo bem-estar de seus colaboradores.

No intuito de demonstrar a visão geral dos colaboradores do TCEES, a seguir consta a representação do seu quadro de pessoal:

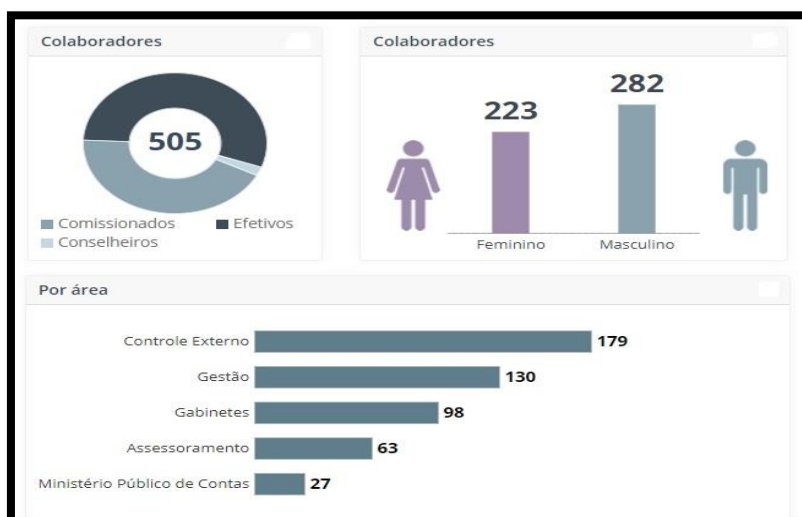


Figura 3 - Quadro de pessoal do TCEES

Fonte: e-TCEES

Dos 505 colaboradores, 55% são efetivos, 43% comissionados e 2% são conselheiros e conselheiros substitutos do TCEES.

## Gestão Educacional

O TCEES, visando o aperfeiçoamento das competências e habilidades de seus membros, servidores, estagiários, jurisdicionados e dos cidadãos, realiza cursos de capacitação ofertados gratuitamente pela Escola de Contas Públicas (ECP).







No 2º Trimestre de 2021, 15.291 pessoas foram capacitadas, incluindo servidores e membros do Tribunal e os jurisdicionados, totalizando 43.827 horas de capacitação nos cursos promovidos pela ECP em modalidade virtual. No quadro 3 seguem números que demonstram a evolução de cursos e expansão da capacitação pela ECP.

#### Quadro 3 - Resultados da capacitação

<b>Resultados da Capacitação</b>	<b>2º Trimestre 2021</b>
<b>Eventos</b>	
<b>Eventos para servidores do TCEES</b>	<b>18</b>
Interno (promovido pelo TCEES)	1
Externo (promovido por outras instituições)	10
Iniciativa do servidor	7
Outros eventos	-
<b>Eventos para jurisdicionados TCEES (Presencial)</b>	-
<b>Eventos para jurisdicionados TCEES (EAD)</b>	<b>9</b>
<b>Pessoas capacitadas</b>	<b>15.291</b>
Servidores e membros do TCEES	66
Jurisdicionados (Presencial)	-
Jurisdicionados (EAD)	15.225
<b>Horas de capacitação</b>	<b>43.827</b>
Servidores e membros do TCEES	1.777
Jurisdicionados (Presencial)	-
Jurisdicionados (EAD)	42.050

Fonte: ECP

Ressalta-se que do orçamento inicial da ECP de R\$1.853.971,67 foram utilizados até o 2º trimestre o valor de R\$ 529.521,73.

Em uma iniciativa dos integrantes do Comitê de Gestão de Pessoas vinculado ao Instituto Rui Barbosa (IRB), coordenada pela Escola de Contas Públicas do Tribunal do Estado do Espírito Santo, foi desenvolvida uma pesquisa intitulada “Os Tribunais de Contas e sua experiência com o teletrabalho durante a pandemia” que teve por objetivo identificar questões relacionadas ao teletrabalho na pandemia da Covid-19 para subsidiar a elaboração de diretrizes para essa modalidade de trabalho nos tribunais de contas, sendo o público alvo os servidores das Cortes de Contas.





Essa pesquisa foi aplicada entre os dias 8 a 14 de março de 2021 por meio do envio de formulário eletrônico pelo IRB aos Tribunais de Contas, no qual tiveram 97% do total de Cortes de Contas que integram o Sistema de Controle Externo como respondentes institucionais.

A pesquisa contou com 84 perguntas, e com 7.555 respondentes, de um total de 20.413<sup>2</sup> servidores ativos com algum vínculo de trabalho com os Tribunais de Contas, ou seja, a amostra conteve 37% do total da população alvo. Foram 31 tribunais de contas participantes da iniciativa, o que representa a 97% da totalidade das cinco regiões do País. O quantitativo de respondentes assegura que os resultados apresentam um nível de confiança de 99% e erro amostral de 5%, considerado um padrão excelente para análise de dados estatísticos.

Os dados consolidados no relatório puderam assegurar que a maioria dos servidores é favorável à modalidade de trabalho por teletrabalho. Há de se ponderar que, apesar de todas as vantagens e interesses apontados pelos respondentes sobre o teletrabalho, é necessário ter infraestrutura adequada, acesso a recursos tecnológicos, acompanhamento dos gestores com assiduidade, e ampliação de oferta de capacitação na modalidade à distância. Esses foram alguns indicativos apontados pelos servidores respondentes.

A pesquisa também contribuiu com dados sobre as competências técnicas e gerenciais que precisam ser aprimoradas e sinalizou o comportamento emocional do grupo de respondentes durante a pandemia. Esse grupo de resultados poderá contribuir para o planejamento das escolas de contas e áreas de gestão de pessoas, com possíveis ofertas de cursos, oficinas e outras modalidades online.

O relatório, em sua totalidade, é rico em dados sobre o objeto da pesquisa 'teletrabalho', e alcançou seu objetivo maior que é subsidiar a elaboração de propostas de diretrizes para essa modalidade de trabalho nas Cortes de Contas dos entes federados.

A ECP também realizou o 'Webinário: A nova Lei de Licitações e Contratos (Lei 14.133/2021) que abordou os principais aspectos da nova lei, contendo

---

<sup>2</sup> Segundo a ATRICON, os tribunais de contas das unidades da federação somam 20.413 servidores.





apresentações sobre: histórico e contexto da tramitação; Lei 14.133/2021 - noções gerais, âmbito de aplicação, objetos, vigência, regras de transição, principais mudanças, modalidades de licitação, fases da licitação, critérios de julgamento, contratação direta, instrumentos auxiliares, alocação de riscos, nulidades, resolução de conflitos, e Portal Nacional de Contratações Públicas.

Por fim, a ECP também exerceu apoio operacional ao “Webinário: 1ª Ciranda Semear Cidadania” realizado no dia 26 de maio de 2021, com duração de 3 horas e com 1.600 visualizações durante todo o evento. A primeira “Ciranda”, que são debates virtuais sobre problemas atuais relacionados à educação pública, teve como tema “Os impactos e desafios da pandemia na Educação”, decorrente do projeto prioritário “Semear Cidadania”.

## Gestão Orçamentária e Financeira

O orçamento do TCEES para o exercício de 2021 apresentou dotação orçamentária de R\$ 174.706.419,00. O Quadro 4 apresenta a execução orçamentária ocorrida no trimestre avaliado.

Quadro 4 - Execução orçamentária

Acompanhamento	Dotação Inicial	Dotação atualizada <sup>(1)</sup>	Empenhado <sup>(1)</sup>	Liquidado <sup>(1)</sup>	Pago <sup>(1)</sup>
<b>Despesas correntes</b>	<b>170.201.146,00</b>	<b>178.811.146,00</b>	<b>130.535.393,43</b>	<b>64.029.171,81</b>	<b>63.739.295,09</b>
Pessoal	141.786.565,00	148.836.565,00	113.155.518,12	54.366.596,14	54.097.114,74
Pessoal – Ativo	112.786.565,00	115.336.565,00	113.155.518,12	54.366.596,14	54.097.114,74
Pessoal - Inativo <sup>(2)</sup>	29.000.000,00	33.500.000,00	-	-	-
Outras despesas (custeio)	28.414.581,00	29.974.581,00	17.379.875,31	9.662.575,67	9.642.180,35
<b>Despesas de capital (investimento)</b>	<b>4.505.273,00</b>	<b>7.635.273,00</b>	<b>3.294.288,88</b>	<b>753.988,56</b>	<b>753.988,56</b>
<b>Total Geral</b>	<b>174.706.419,00</b>	<b>186.446.419,00</b>	<b>133.829.682,31</b>	<b>64.783.160,37</b>	<b>64.493.283,65</b>

<sup>(1)</sup> Valores acumulados no ano, até o trimestre em análise

<sup>(2)</sup> Valores relativos ao repasse do aporte ao RPPS - Fundo Financeiro

Fonte: Secretaria de Finanças e Contabilidade (SFC)





Também podem ser observados graficamente a distribuição percentual do orçamento autorizado e da despesa liquidada, ambos classificados por grupo de natureza da despesa:

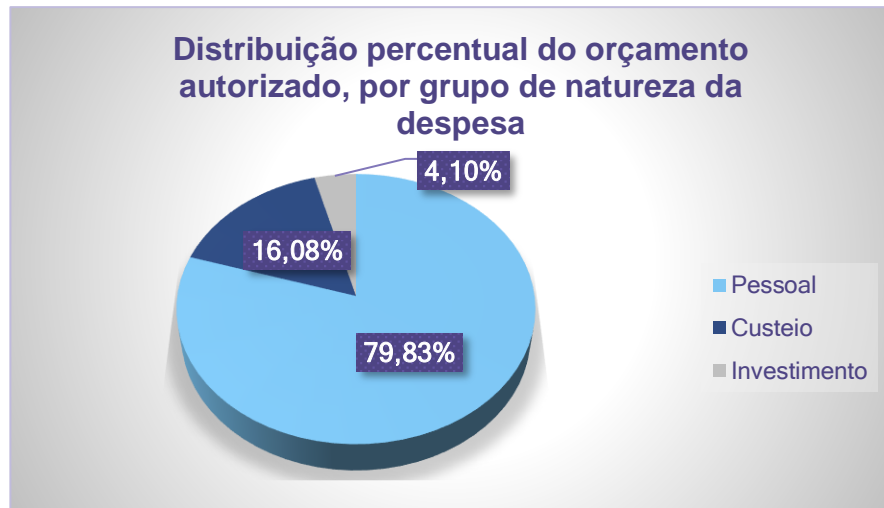


Figura 4 - Distribuição percentual do orçamento autorizado

Fonte: SFC

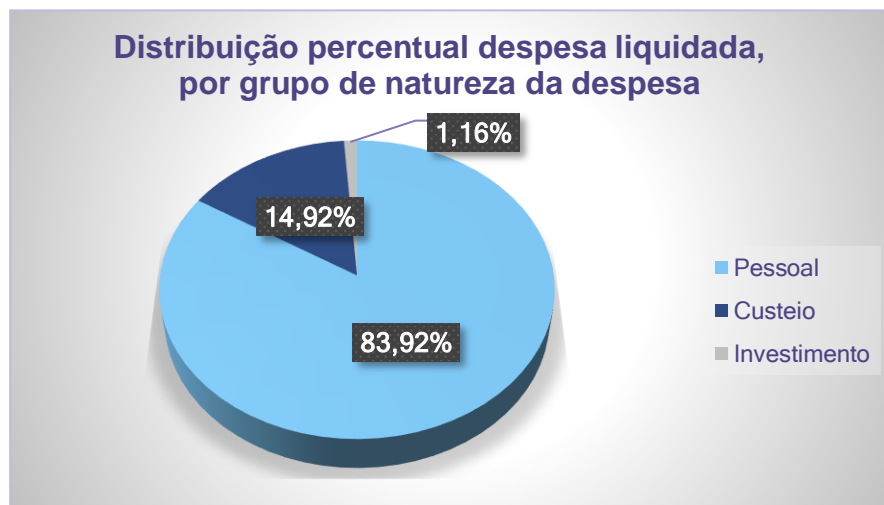


Figura 5 - Distribuição percentual de despesa liquidada

Fonte: SFC

## Gestão Documental

O TCEES dispõe de uma gestão documental, realizada pelo Núcleo de Controle de Documentos (NCD), que contribui para o adequado funcionamento da Corte. No quadro 5 constam algumas ações realizadas e quantificadas pela unidade no trimestre:





#### Quadro 5 - Atividades NCD

Atividades NCD	2º trimestre de 2021
Correspondências expedidas	264
Correspondências recebidas	1.010
Nº de processos arquivados	3.291
Nº de atendimentos online	1.878
Nº atendimentos presenciais	386

Fonte: NCD

### Gestão da Tecnologia

O TCEES vislumbrava há alguns anos que a tecnologia funcionaria como instrumento facilitador na realização das suas atividades e, assim, já possuía um relevante histórico de investimentos em tecnologia da informação, o que vem possibilitando a manutenção do teletrabalho sem que houvesse a paralisação das atividades da Corte. No quadro 6 demonstra-se alguns resultados da área de tecnologia da informação:

#### Quadro 6 - Dados de Evolução da TI

Evolução da Tecnologia da Informação	2º Trimestre 2021
Estações de trabalho	<b>603</b>
Servidores com acesso aos recursos da rede	<b>585</b>
Número de chamados resolvidos no período	<b>1.619</b>
Sistemas em desenvolvimento e/ou em implantação	<b>4</b>
<b>Sistemas em funcionamento</b>	<b>69</b>
Desenvolvidos pela STI	57
Adquiridos de terceiros	12

Fonte: SGTI





Dentre os sistemas que estão em funcionamento, destacam-se os que dão suporte ao controle externo, conforme dispostos no quadro a seguir:

Quadro 7 - Sistemas de Suporte ao Controle Externo

Sistemas de suporte ao controle externo	Descrição
<b>Acompanhamento de Execuções (Cobranças)</b>	Módulo do e-TCEES que visa apoiar a SMPC na gestão de multas e ressarcimentos relativos a jurisdicionados, decorrentes de processos julgados pelo TCEES.
<b>Avaliação de Tarefas</b>	Módulo do e-TCEES que permite que algumas peças produzidas, nos processos de controle externo, sejam avaliadas pelos gestores das áreas técnicas. A avaliação abrange diversos aspectos, tais como concisão, objetividade e cumprimento de prazo.
<b>Banco de Achados</b>	Plataforma para publicação, revisão e atualização de achados de auditoria.
<b>Geo-Obras</b>	Serviço utilizado para acompanhamento de obras e serviços de engenharia realizados pelos jurisdicionados com recursos públicos. Esse serviço possibilita a consulta dos investimentos realizados pelo Governo nas mais diversas regiões do Estado. Por meio da combinação das opções de filtro disponíveis, o cidadão consegue obter informações gerais ou específicas sobre as obras.
<b>Gestão das Sessões Plenárias</b>	Módulo do e-TCEES que permite a gestão de informações das sessões plenárias e das câmaras do Tribunal, incluindo pautas, deliberações, dentre outros.
<b>Gestão de Enquetes</b>	Serviço que possibilita criação, edição e manutenção de enquetes eletrônicas.
<b>Gestão de Procuradoria de Processos</b>	Módulo do e-TCEES que possibilita o gerenciamento dos procuradores do MPC associados aos processos, por meio de cadastro de sorteio automático e demais eventos de alterações de relatoria, tais como afastamentos e substituições.
<b>Gestão de Relatoria de Processos</b>	Módulo do e-TCEES que possibilita o gerenciamento das relatorias de processos, através da funcionalidade de sorteio de relatoria e cadastros de eventos de alterações de relatoria, tais como afastamentos e substituições.
<b>LRFWeb</b>	Serviço para recebimento dos dados relativos à gestão fiscal dos Poderes Executivo e Legislativo municipais, com vistas ao controle instituído pela Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF).
<b>Monitoramento de Deliberações</b>	Módulo do e-TCEES que permite o monitoramento de deliberações de processos e acesso às providências cadastradas.
<b>PACE - Plano Anual de Controle Externo</b>	Módulo do e-TCEES que oferece apoio ao planejamento e criação do Plano Anual de Controle Externo (PACE).
<b>Painéis de Gestão</b>	Módulo do e-TCEES que disponibiliza diversos painéis de gestão com indicadores visuais. Estão disponíveis os seguintes painéis de gestão: Visão geral de processos; Prazos de julgamento de processos de controle externo; Prazos de tarefas; Prazos no setor; Processos prioritários de acordo com a Resolução 300/2016; Execução orçamentária; Gestão do Orçamento; Visão geral de processos administrativos; Recursos Humanos; Fiscalizações; Deliberações; etc. Gradativamente estão sendo desenvolvidos novos painéis de gestão.
<b>Painel de Acompanhamento do MMD</b>	Painel do e-TCEES que exhibe a avaliação do TCE-ES frente aos Marcos de Medição de Desempenho (MMD), definidos pela ATRICON. Estão disponíveis as seguintes informações: Gráfico sintético: compara-se a avaliação realizada pela ATRICON





	em 2019, a média nacional e a atual avaliação realizada pela ASGOV; Quadro Analítico: exibem-se as notas obtidas em cada marco de medição.
<b>Prestação de Contas Anual</b>	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos jurisdicionados enviarem, por meio da internet, os dados referentes à Prestação de Contas Anual (PCA).
<b>Prestação de Contas Mensal</b>	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos jurisdicionados enviarem, por meio da internet, os dados referentes à Prestação de Contas Mensal (PCM).
<b>Processo Eletrônico</b>	Módulo do e-TCEES que permite a gestão dos processos eletrônicos de controle externo e administrativos, abrangendo sua autuação, tramitação, gestão de documentos e arquivamento.
<b>Protocolo Eletrônico</b>	Módulo do e-TCEES que permite aos servidores do TCEES o gerenciamento de protocolo eletrônico, incluindo sua criação, movimentação e outras ações.
<b>Sistema de Atos de Pessoal</b>	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos responsáveis pelas Unidades Gestoras (UGs), que realizam concurso público para provimento de pessoal, remeter digitalmente ao TCEES informações relativas à admissão de pessoal para cargos e empregos públicos.
<b>Sistema de Benefícios</b>	Módulo do e-TCEES que permite o cadastro e gestão dos benefícios advindos das ações de controle externo tomadas pelo TCEES.
<b>Sistema de Fiscalização</b>	Módulo do e-TCEES que oferece apoio às atividades de fiscalização realizadas pelos auditores do Tribunal.
<b>Sistema de Folha de Pagamento</b>	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos jurisdicionados enviarem, por meio da internet, os dados referentes à folha de pagamento.
<b>Sistema de Levantamento de Educação</b>	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos responsáveis pelas Unidades Gestoras (UGs) remeter digitalmente ao TCEES informações relativas ao ensino público municipal.
<b>Sistema Informatizado de Suporte à Auditoria (Sisaud)</b>	Serviço anteriormente utilizado para recebimento dos dados referentes à abertura do exercício, às prestações de contas bimestrais e informações adicionais dos jurisdicionados municipais do TCEES. O sistema recebeu dados relativos aos exercícios de 2002 a 2012. Atualmente é utilizado apenas para consulta.

Fonte: SGTI





## Ações de Controle Externo

As ações de controle externo a serem realizadas, anualmente, pelo TCEES estão discriminadas no seu Plano Anual de Controle Externo (PACE), que é um instrumento de planejamento elaborado pela Secretaria Geral de Controle Externo (Segex) e aprovado em Plenário.

No 2º trimestre de 2021 foram realizadas análise e instrução de processos de consultas, recursos e os referentes às prestações de contas anual (contas de governo e gestão) e relacionados a atos concessórios e de admissão enviados ao Tribunal pelas unidades gestoras jurisdicionadas.

Além disto, várias outras ações de controle externo foram iniciadas ou até mesmo completamente executadas no período. Dentre elas, destacam-se as relacionadas às seguintes temáticas:

### Saúde

No acompanhamento da imunização da população contra a Covid-19, foi elaborado o primeiro relatório versando principalmente sobre os planos de imunização dos municípios capixabas.

Tendo em vista as fragilidades apontadas no primeiro relatório, a equipe de auditoria entendeu necessário realizar fiscalização in loco nas salas de vacinação visando identificar, dentre outras questões, se a rede de frios dos municípios encontrava-se preparada para o armazenamento e refrigeração dos imunizantes contra a Covid-19; se municípios possuíam computadores com internet para realizar os registros; e se as instalações das salas de vacinação encontravam-se adequadas para o atendimento da população.

Para a execução deste trabalho de campo, foram visitados os 78 municípios do Estado do Espírito Santo, desencadeando a produção do segundo relatório o qual apontou irregularidades e sugestões de boas práticas conforme a literatura do assunto, que culminou em recomendações e determinações aos jurisdicionados.







A atuação preventiva do TCEES teve como objetivo evitar que falta de planejamento, possíveis deficiências na operacionalização, armazenamento e guarda dos imunobiológicos pudessem provocar perdas desnecessárias, desvios e falta de controle na execução da vacinação, o que poderia comprometer a efetividade do programa.

Após a visita às salas de vacinação dos 78 municípios do Estado, foram identificados que 24 municípios utilizavam geladeiras domésticas para o armazenamento das vacinas, e, com isso, foi deferida uma medida cautelar dando o prazo de 20 dias para que estes municípios se adequassem a rede de frios, passando a utilizar somente câmara refrigerada para armazenamento dos imunizantes. Como resultado, apenas 5 municípios foram multados por não comprovarem o atendimento da determinação do Tribunal, os demais já se adequaram ou estão aguardando a entrega dos equipamentos.

Um outro trabalho desenvolvido pelo TCEES foi o acompanhamento à atuação municipal no combate às aglomerações. O objetivo foi verificar se a administração pública municipal está agindo para evitar e desfazer aglomerações durante a pandemia do novo coronavírus. Como resultado, foram elaborados relatórios abordando as ações adotadas pelos gestores municipais neste quesito; e a compatibilidade dos atos expedidos pelos municípios com o Decreto Estadual 4838-R, de 17 de março de 20121, que estabeleceu medidas extraordinárias de restrição à circulação de pessoas e suspensão de atividades em todo o Estado, visando evitar maior contaminação e propagação do vírus causador da Covid-19.

Ainda sobre a temática, foi realizada outra ação em que consistiu no envio de questionário eletrônico enviado aos 78 municípios capixabas, em que foram solicitadas informações sobre a capacidade da Prefeitura para realização das ações de fiscalização de normas e de atividades de fiscalização. Como resultado da execução desta linha de ação, houve um endurecimento das medidas de contenção de aglomerações nos municípios, permitindo um maior controle da pandemia no Estado do Espírito Santo.





## Educação

O TCEES fiscalizou o retorno às aulas na rede pública. O relatório apontou inexistência de planejamento prévio e de Plano Estratégico de Prevenção e Controle – PEPC para o retorno das atividades presenciais; ausência de capacitação sobre o protocolo sanitário de retorno às atividades presenciais; inexistência de insumos de higiene necessários para o retorno das atividades escolares presenciais; ausência de medidas que viabilizem o retorno dos alunos ao sistema escolar; ausência de programas de recuperação de aprendizagem destinados a suprir as lacunas identificadas nos objetivos de aprendizagem e habilidades que se buscou trabalhar com atividades não presenciais; e alunos sem acesso adequado às atividades pedagógicas não presenciais.

Como resultado deste trabalho, foram expedidas determinações e recomendações que tendem a aprimorar a política pública de educação no Estado do Espírito Santo durante as restrições impostas pela pandemia.

Ainda sobre a temática, foram realizadas visitas in loco às escolas com o objetivo de verificar o cumprimento dos protocolos sanitários no retorno presencial. O relatório desta ação está em fase de elaboração.



Figura 6 - Registro da equipe in loco  
Fonte: Acervo do TCEES

Foi realizada também uma fiscalização (auditoria operacional) com o objetivo de fiscalizar a estrutura física, pedagógica e de recursos humanos das redes de





educação básica dos 78 municípios e do Estado, bem como o planejamento para oferta e demanda por vagas nas redes e a qualidade do aprendizado.

Além disso, houve uma fiscalização (acompanhamento) do cumprimento das metas dos Planos Municipais de Educação em parceria com o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), conforme Acordo de Cooperação.

Em outra frente de trabalho, está sendo realizado o levantamento de informações para o mapeamento da permanência dos estudantes nas redes municipais e estadual, durante o período de pandemia, com criação do Indicador de Permanência Escolar. Este trabalho, em parceria com o Instituto Rui barbosa (IRB) e o Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (IEDE), por meio de Acordo de Cooperação, está em fase de coleta de informações para realização das análises.

## **Finanças Públicas**

Está em andamento um levantamento sobre os recursos recebidos, as autorizações de despesas, as despesas realizadas, as disponibilidades financeiras relacionados ao enfrentamento da calamidade pública decorrente de pandemia da Covid-19, de forma a subsidiar a avaliação da execução orçamentária na prestação de contas anual dos chefes dos Poderes Executivo.

Ainda quanto à temática finanças públicas, foi inserido conteúdo sobre o impacto econômico da pandemia da Covid-19 nas contas do governador de 2020; e foram elaborados também os capítulos de economia das contas de prefeitos e governador.

Neste trimestre, foi ainda realizada auditoria financeira das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Estado (BGE), do exercício de 2020, que teve como objetivo subsidiar a elaboração do Parecer Prévio do Tribunal de Contas sobre as Contas do Governador do Estado.

O TCEES elaborou uma cartilha de aplicação do Plano Plurianual (PPA). A ação foi desenvolvida com o intuito de orientar os jurisdicionados no período em que estarão elaborando seus planos plurianuais, e fortalecer esse instrumento de planejamento que precisa ser robusto, capaz de coordenar as ações do governo com os outros entes





federados e com a sociedade. Com esta iniciativa, espera-se contribuir com um melhor planejamento municipal refletindo de forma direta em benefícios para a sociedade.

Além disto, foi realizado um treinamento online sobre Planejamento Governamental destinado a todos os jurisdicionados do TCEES acerca dos instrumentos de planejamento governamental: PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA).

## **Previdência**

No período, foi realizada fiscalização no Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo (IPAJM) e no governo do Estado, com ênfase no acompanhamento da gestão previdenciária do Estado, para subsidiar as contas do Chefe do Poder Executivo estadual relacionadas ao exercício 2020.

## **Meio Ambiente e Saneamento**

Está em fase final a elaboração do Ranking do Saneamento dos Municípios Capixabas (RSMC). O objetivo é construir e manter um panorama dessa área no Espírito Santo, acompanhar o desempenho dos 78 entes federados do Estado e identificar questões de fiscalização e boas práticas de gestão.

O RSMC vai ao encontro do objetivo estratégico da linha de ação pretendida originariamente pelo TCEES, que é contribuir para a melhoria da governança pública, especialmente numa área onde a gestão se mostra visivelmente precária, e colaborar com o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

## **Obras Públicas**

No trimestre, foi realizada uma fiscalização, na modalidade levantamento, acerca de contratos que tenham como objetos obras especiais de engenharia (pontes, viadutos e túneis) realizadas no Estado. As informações servirão de base de dados para seleção de amostra para realização de futuras auditorias.

Foi realizada também uma outra fiscalização (levantamento) sobre contratos que tenham como objeto iluminação pública para identificação de localização, objeto, valor





e demais informações relevantes, que servirá de fonte de informação para seleção de amostra para realização de auditorias.

Foi realizada também fiscalização, do tipo inspeção, para avaliar as condições da obra relativa à drenagem da cobertura do Terminal de Itaparica. A fiscalização foi concluída e encaminhada ao Relator para voto com sugestões de determinação com foco na durabilidade da obra.

Também foi realizada fiscalização, do tipo auditoria de conformidade, envolvendo obras relacionadas às unidades de saúde. A fiscalização foi concluída e encaminhada para citação acerca de possíveis danos e irregularidades.

No período, foram, ainda, realizadas fiscalizações, do tipo acompanhamento, das principais obras paralisadas e, do tipo acompanhamento concomitante, dos principais procedimentos licitatórios, vinculados à área de engenharia. Ambas estão em andamento, já ocorrendo interação direta com os jurisdicionado.

## **Contrato de Concessão**

Foi iniciada no período auditoria em concessão de abrigos de ônibus em Vitória com o objetivo de fiscalizar a execução contratual.

## **Transparência**

No trimestre, houve a fiscalização, na modalidade levantamento, com o intuito de conhecer e avaliar a transparência ativa e os portais de transparência. Em síntese, observou-se que a maioria das instituições avaliadas divulgaram, em seus portais de transparência, informações de licitações e contratos, de despesas e receitas, de pessoal, e informações gerais da instituição, de forma periódica e satisfatória, contudo, ainda é preciso que seja aprimorada a sua disponibilização à sociedade.

Constatou-se, também, que grande parte dos entes avaliados apresentaram significativas deficiências de divulgação e limitações de acesso às informações de patrimônio, de gestão fiscal e especialmente da Carta de Serviços ao Usuário, que, de certa forma, acabam por impor restrições ao direito que os cidadãos têm de exercer o controle social sobre a gestão pública.





Da mesma forma, verificou-se que parcela dos jurisdicionados não publicou informações completas, atualizadas e de fácil acesso ao cidadão. Essas falhas dificultam ou até mesmo inviabilizam o exercício do controle social.

De modo geral, os resultados do levantamento permitem afirmar que, tanto na esfera municipal quanto na estadual, verificam-se oportunidades de melhoria da transparência pública, no que concerne à divulgação de informações nos portais de transparência e sites institucionais.





## Atos do Plenário e das Câmaras

O Plenário é constituído por sete conselheiros, dirigido pelo conselheiro presidente, que se reúnem em sessões plenárias para deliberações. Os atos deliberados pelo Plenário assumem a forma de decisões, emendas, instruções normativas, resoluções, acórdãos, pareceres prévios e consultas.

Abaixo, demonstra-se o quantitativo, por classificação, dos atos deliberados pelo Plenário no 2º trimestre de 2021:

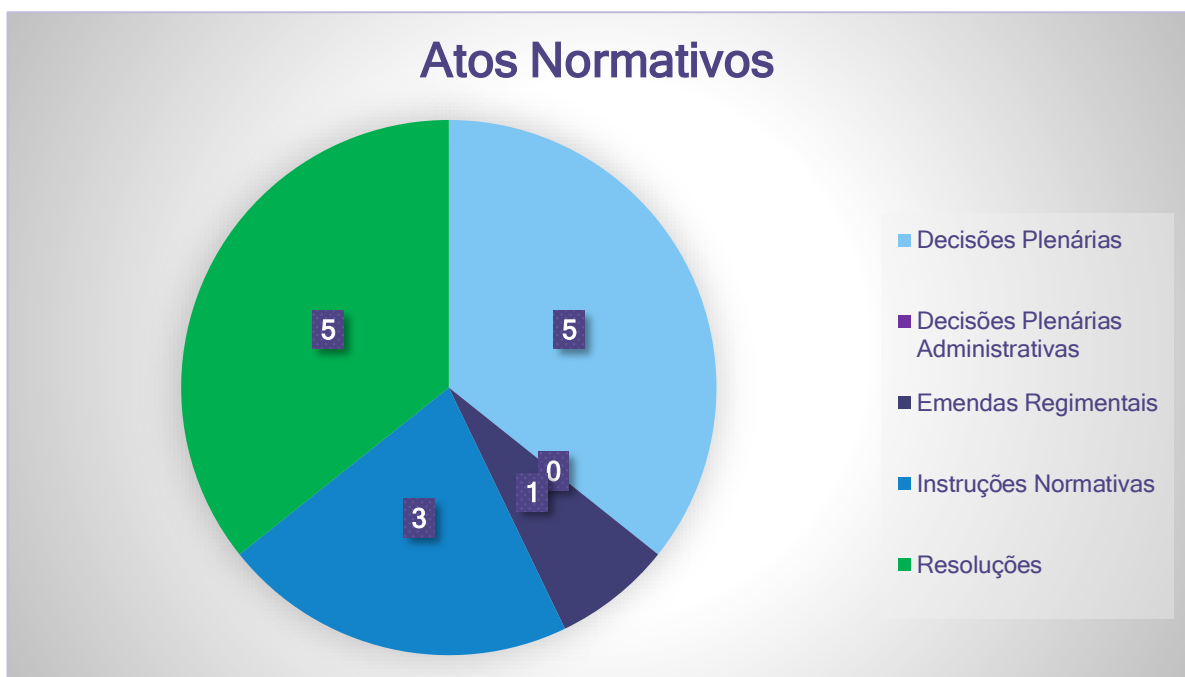


Figura 7 - Atos Normativos  
Fonte: Adaptado de SGS

O Plenário, juntamente com as Câmaras, que são compostas, cada uma delas, por três conselheiros e dois conselheiros substitutos, produziram, em conjunto, o quantitativo de apreciações e julgamentos a seguir representado graficamente<sup>3</sup>:

<sup>3</sup> Estão incluídos nas decisões os processos que foram julgados em bloco/lista, conforme artigos 101, § 6º e 277 do RITCEES c/c artigo 8º, § 2º, inciso III da Resolução 300/2016.





## 2º Trimestre de 2021

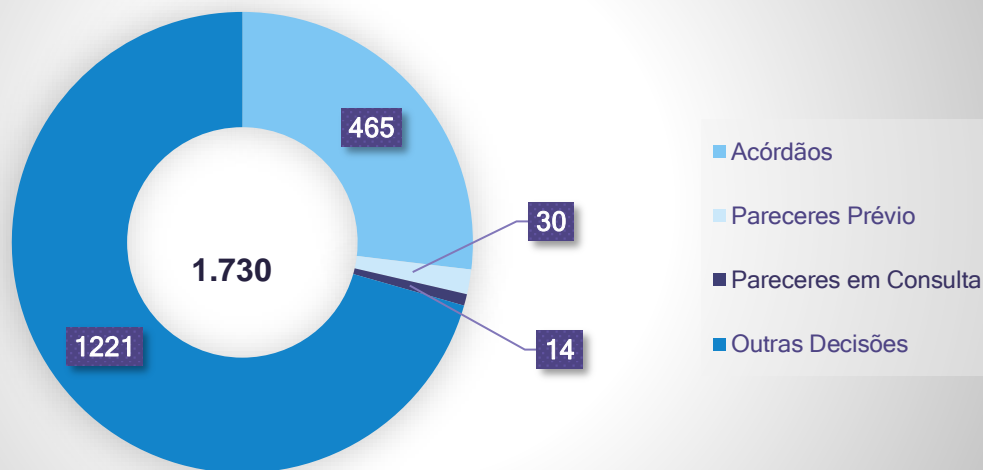


Figura 8 - Apreciações e Julgamentos

Fonte: Adaptado de SGS

Para o alcance do quantitativo de apreciações e julgamentos apresentados, foram realizadas por este Tribunal, somadas as sessões realizadas pelo Plenário, 1º e 2º Câmaras e Conselho Administrativo, o total de 49 sessões no 2º trimestre de 2021.







## Considerações Finais

O 2º trimestre de 2021 continuou desafiador em decorrência da situação da pandemia. Contudo, a Corte Capixaba manteve a atuação tempestiva nas ações de controle externo, demonstrando o compromisso deste Tribunal em atuar efetivamente como órgão fiscalizador e orientador, em cumprimento de sua missão institucional. Dentre as diversas ações que se destacaram no 2º trimestre de 2021 apontam-se, em resumo, as seguintes:

- O Painel de Controle, disponível no endereço eletrônico <https://paineldecontrole.tcees.tc.br/>, recebeu uma nova atualização que permite aos cidadãos consultar novos indicadores municipais consolidados sobre os alertas da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), e também novos painéis detalhando a gestão orçamentária dos municípios.
- Realização do Webnário: 1ª Ciranda do projeto Semear Cidadania. Consistiu em debates virtuais sobre problemas atuais relacionados à educação pública, que teve como tema “Os impactos e desafios da pandemia na Educação”.
- Criação do hotsite Ética no último dia 2 de maio, dia em que é comemorado o Dia Nacional da Ética. O hotsite está disponível no endereço eletrônico <https://www.tcees.tc.br/etica>. Juntamente com o lançamento do hotsite foram realizadas algumas campanhas relacionada ao tema.
- O atendimento prestado pela Ouvidoria do TCEES foi avaliado com notas 5 - Muito Satisfeito e 4 - Satisfeito por 85% dos usuários.
- Inauguração do quadro “Na Sessão” no Instagram em que são publicadas, às sextas-feiras, uma sequência de stories com resumos de alguns principais julgamentos.
- Realização do ‘Webinário: A nova Lei de Licitações e Contratos (Lei 14.133/2021)’ que abordou os principais aspectos relacionados à nova lei.
- Atuação preventiva do TCEES na área da saúde, com o objetivo de evitar que falta de planejamento, possíveis deficiências na operacionalização,





armazenamento e guarda dos imunobiológicos provocassem perdas desnecessárias, desvios e falta de controle na execução da vacinação, o que poderia comprometer a efetividade do programa.

- Foram realizadas visitas in loco às escolas com o objetivo de verificar o cumprimento dos protocolos sanitários no retorno presencial.
- Realização de auditoria financeira das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Estado (BGE), do exercício de 2020, que teve como objetivo subsidiar a elaboração do Parecer Prévio do Tribunal de Contas sobre as Contas do Governador do Estado.
- Elaboração de cartilha de aplicação do Plano Plurianual (PPA). A ação foi desenvolvida com o intuito de orientar os jurisdicionados que estarão elaborando seus planos plurianuais. Espera-se com esta ação contribuir para um melhor planejamento municipal refletindo de forma direta em benefícios para a sociedade.
- Realização de fiscalização, na modalidade levantamento, com o intuito de conhecer e avaliar a transparência ativa e os portais de transparência. Verificou-se oportunidades de melhoria da transparência pública, no que concerne a divulgação de informações nos portais de transparência e sites institucionais.
- Destacaram-se ainda no período as ações de fiscalização relacionadas ao meio ambiente e saneamento, obras públicas e contratos de concessão.

Ressalta-se, também, que o TCEES foi considerado o melhor na categoria Transparência Ativa e Passiva de informações ao cidadão, junto com outros três, dentre os tribunais de contas dos estados e federal, em coleta realizada durante os anos de 2019 e 2020, referente a dados de 2017, em conformidade com o projeto Observa TC, que tem como parceiros os Observatórios Sociais do Brasil – de Brasília, de São Paulo e do Rio de Janeiro.

**Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun**

Presidente do TCEES





# Anexo Único

## Organograma Institucional

